

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.170 - SP (2019/0125035-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SHEILA DANTAS FERREIRA DA SILVA SOARES**  
**ADVOGADO : MATEUS SOARES - SP283788**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TATUÍ**  
**ADVOGADOS : LUIZ CARLOS PRADO EUGÊNIO DOS SANTOS - SP151797**  
**ALEXANDRE NOVAIS DO CARMO - SP228964**  
**AGRAVADO : HELENA VITAL BRASIL LAMPREIA**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS MACHADO JÚNIOR - SP209836**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por SHEILA DANTAS FERREIRA DA SILVA SOARES, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

RESPONSABILIDADE CIVIL PROPOSITURA INDEVIDA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL NÃO CARACTERIZAÇÃO DE MÁ-FÉ DA MUNICIPALIDADE INEXISTÊNCIA DE PROVA DO PREJUÍZO MORAL ALEGADO SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NOS TERMOS DO ART. 85, §11, DO CPC - RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186, 187, 927, parágrafo único, e 944 do CC; 373, II, do CPC, no que concerne à caracterização do dano moral, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Cabe ressaltar que no caso "sub judice", certamente, aplica-se o Dano "In Re Ipso" e vigente o adágio popular que diz: "Pimenta nos olhos dos outros, não arde", a Recorrente foi atingida no âmago, com sofrimentos íntimos, dor espiritual, não precisando a inscrição do nome daquele em órgão de proteção ao crédito, para se pleitear a justa indenização, o simples fato, de ser processada por dois eventos indevidos, por si só, faz jus de uma decisão judicial positiva (fl. 273).

No que concerne à alegação de que a Recorrente tinha que comunicar à Prefeitura sobre a venda do imóvel da Avenida São Carlos 200 Casa 10, é um absurdo, não merece prosperar, fuge dos cânones dos Princípios Razoabilidade e o da Proporcionalidade, até mesmo porque a Escritura foi registrada e exatamente o motivo de levar ao registro, é dar publicidade a terceiros e foi o que aconteceu (fl. 277).

É verdade, que após tomar conhecimentos das situações humilhantes, vexatórias, indevidas e que atingiram a Recorrente no âmago, o ente

Municipal, por intermédio do respectivo Departamento Jurídico, postulou ao Poder Judiciário, a inversão do polo passivo para a Helena Vital Brasil Lampreia, devedora do IPTU, que "concessa venia", ficou provado que Sheila Soares (Recorrente), não podia continuar sendo demandada, tendo em vista que não havia má-fé e tão pouco algo a ser cobrado (fl. 278).

É obvio que não pagando as parcelas dos Carnes de IPTU, compete a Municipalidade em promover a respectiva cobrança, entretanto, da pessoa devida, que no caso de Helena Vital Brasil Lampreia e não da Recorrente, que deve ser lembrado, aquela ficou inadimplente e evidentemente que o ente público enviou a cobrança e ficou-se inerte, será que pensou que alguém poderia pagar no lugar dela? Como se diz no adágio popular: "Não estou nem aí". E cediço que quando não pago o respectivo IPTU, torna-se uma obrigação "Propter Rem", ou seja, que recai sobre a "coisa", é como se tentasse "esconder um elefante num pé de moranguinho", empregando, também, o adágio popular (fl. 278).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)" (AgRg no REsp 1.773.075/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 07/03/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.374.756/BA, Rel.<sup>a</sup> Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 01/03/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1.356.000/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 06/03/2019; e REsp 1.764.793/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 08/03/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão**

**de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

